



Demonstrações financeiras

**SPE Futura 3 Geração e
Comercialização de Energia Solar S.A.**
31 de dezembro de 2022 e 2021
com relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras

Balço Patrimonial.....	3
Demonstrações dos Resultados.....	5
Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....	9

01 Contexto operacional _ 09

02 Apresentação das demonstrações financeiras _ 10

03 Estimativas e julgamentos contábeis críticos _ 11

04 Caixa e equivalentes de caixa _ 11

05 Títulos e valores mobiliários _ 11

06 Imposto a recuperar e diferido _ 12

07 Imobilizado _ 13

08 Fornecedores _ 14

09 Fornecedores de projetos em construção

10 Empréstimos e financiamentos _ 15

11 Instrumentos financeiros e Gerenciamento de Riscos _ 17

12 Partes relacionadas _ 20

13 Patrimônio Líquido _ 20

14 Custo e Despesas por natureza _ 21

15 Resultado financeiro _ 21

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021 (Não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	74.773	9.755
Títulos e valores mobiliários	5	105.322	-
Operações comerciais com partes relacionadas	12	4.746	-
Despesas antecipadas		1.702	1.737
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	6	3.167	-
		189.710	11.492
Não circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	6	3.451	-
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	2.907
		3.451	2.907
Imobilizado	7	516.102	277.468
Intangível		167	29
		519.720	280.404
Total do Ativo		709.430	291.896

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021 (Não auditado)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	27.720	80.755
Fornecedores de projetos em construção	9	38.848	-
Empréstimos e financiamentos	10	16.858	-
Outras obrigações		966	1.160
		84.392	81.915
Não circulante			
Fornecedores	8	120	-
Empréstimos e financiamentos	10	184.142	-
Operações comerciais com partes relacionadas	12	14.260	3.746
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	6	-	988
		198.522	4.734
Total do Passivo		282.914	86.649
Patrimônio líquido			
Capital social	13	429.818	88.472
Reserva legal		-	3
Reserva de lucro		-	28
Outros resultados abrangentes		-	7.079
Adiantamento para futuro aumento de capital		59	109.665
Prejuízos acumulados		(3.361)	-
Total do patrimônio líquido		426.516	205.247
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		709.430	291.896

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021 (Não auditado)
Despesas/Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(7.233)	(80)
Outras receitas operacionais	14	75	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(7.158)	(80)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	1.083	196
Despesas financeiras	15	(599)	(27)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(6.674)	89
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro			
Corrente	6	-	(30)
Diferido	6	3.282	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(3.392)	59

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021 (Não auditado)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(3.392)	59
Outros resultados abrangentes a ser reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes		
Ganho/perda com derivativo	(2.907)	7.079
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.172)	-
Total de outros resultados abrangentes do período	(10.471)	7.138

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Outros resultados abrangentes	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro 2020 (Não auditado)	10	-	-	-	-	-	10
Aumento de capital	88.462	-	-	-	-	-	88.462
Transações com acionistas:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	59	59
Constituição de reservas	-	3	28	-	-	(31)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(28)	(28)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	109.665	-	109.665
Outros resultados abrangentes:							
Ganho/Perda com derivativos	-	-	-	2.907	-	-	7.079
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	4.172	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2021 (Não auditado)	88.472	3	28	7.079	109.665	-	205.247
Transações com acionistas:							
Aumento de capital	341.346	-	-	-	-	-	341.346
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(3.392)	(3.392)
Compensação de Prejuízo acumulado	-	(3)	(28)	-	-	31	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	(109.606)	-	(109.606)
Outros resultados abrangentes:							
Ganho/Perda com derivativos	-	-	-	(2.907)	-	-	(2.907)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(4.172)	-	-	(4.172)
Saldo em 31 de dezembro 2022	429.818	-	-	-	59	(3.361)	426.516

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021(Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(6.674)	(89)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Juros de empréstimos	6.505	-
Atualização monetária contratual	(305)	-
-- Rendimento de aplicações (TVM)	1.083	-
	609	(89)
(Aumento) redução nos ativos /Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Despesas antecipadas	35	(1.737)
Impostos a recuperar	(2.481)	-
Fornecedores	(249.396)	80.755
Operações comerciais	5.768	3.746
Outros ativos e passivos	1.556	(848)
	(244.518)	81.916
Imposto de renda e contribuição social pagos	(686)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	(244.595)	82.005
Fluxo caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(3.443)	(277.497)
(Aplicações) /Resgates em títulos e valores mobiliários	(106.405)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades de investimentos	(109.848)	(277.497)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	231.740	95.582
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	109.665
Captações de financiamentos	200.000	-
Perda com derivativos	(7.079)	-
Depósitos vinculados a empréstimos	(5.200)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos (gerados) pelas atividades de financiamentos	419.461	205.247
Aumento de caixa e equivalente de caixa	65.018	9.755
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	9.755	-
No fim do exercício	74.773	9.755
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	65.018	9.755

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A SPE Futura 3 Geração e Comercialização de Energia S.A. (a "Companhia" ou "SPE 3") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Juazeiro, no Estado da Bahia.

Foi constituída em 08 de junho de 2020 com o objetivo específico de implantação e exploração em nome próprio de usina de geração de energia a partir de fonte solar fotovoltaica, especificamente das UFVs 9, 10, 11 e 12, na Cidade de Juazeiro, Estado da Bahia, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações, com aquisição, no mercado interno e externo de equipamentos, bens e serviços necessários para tal finalidade, produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte solar.

Em 16 de novembro de 2020, foi aprovada a transformação do tipo jurídico de sociedade empresária de responsabilidade limitada para sociedade por ações, passando a operar sob a denominação social de "Futura 3 Geração e Comercialização de Energia Solar e Participações S.A." ("Companhia"), referida transformação objetivou a governancia corporativa e econômica, proporcionando uma maior publicidade e transparência para suas informações e/ou demonstrações contábeis.

E em 7 de abril de 2021, , passando a denominação social de "Futura 3 Geração e Comercialização de Energia Solar e Participações S.A." para "SPE Futura 3 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A."

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº3 – "Estimativas e julgamentos contábeis críticos.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2023.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, inclusive nas obrigações de curto prazo, em caso de necessidade o acionista controlador fará aportes financeiros para garantir a continuidade das suas operações. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. A Administração entende que a estratégia comercial e administrativa na gestão dos custos e despesas, adotadas nos últimos anos e que trouxeram a Companhia para resultados positivos, continuará a ser praticada.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou sem impactos significativos, as alterações ao CPC 27 – "Imobilizado" - Recursos antes do uso pretendido cujas alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, e a revisão de pronunciamentos técnicos nº 19, a partir de 1º de janeiro de 2022, sem impactos relevantes. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

A partir de 1º de janeiro de 2023, as normas “CPC 15 (R1) — Combinação de Negócios”, “CPC 39 – Instrumentos financeiros apresentação” e “CPC 48 – Instrumentos financeiros”, foram alteradas conforme minuta de revisão de pronunciamentos técnicos nº 17, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia e não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo Eneva.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Práticas Contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

3.1 Estimativas

3.1.1 Incertezas sobre premissas e estimativas

- (i) **Imobilizado** - Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota explicativa nº “8 – Imobilizado”.
- (ii) **Impostos a recuperar e diferidos** - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação, sendo o período estimado de realização de 5 anos após a entrada em operação da companhia, conforme Lei 12.973/14.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor.

	2022	2021
		(não auditado)
Caixa e bancos	-	26
Fundo de Investimento (a)	74.773	-
CDBs (b)	-	9.729
	74.773	9.755

(a) Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú S.A.. Fundo é composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

(b) Representam valores investidos em CDBs emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100%. A diminuição observada, deve-se aos resgates financeiros realizados para investimento no projeto em construção e pagamento aos acionistas por meio de redução de capital.

5. Títulos e valores mobiliários

	2022	2021
		(não auditado)
Fundo de investimento (a)	105.322	-
	105.322	-

(a) Os papéis dos fundos de investimento classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2023 e 2030 com liquidez diária e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pelo Banco Itaú, que alocam seus recursos em cotas em dois fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor.

6. Imposto a recuperar e diferido

Prática contábil

Os encargos de IRPJ e CSLL correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das investidas que geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O IRPJ e a CSLL corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando há montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das Demonstrações Financeiras.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

As despesas de IRPJ e CSLL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar está representado a seguir:

	2022	2021 (não auditado)
Imposto de Renda - IR	2.985	-
Contribuição Social - CSLL	182	-
	3.167	-

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Prejuízo fiscal/ Base negativa	3.451	-
Ativo diferido	3.451 (a)	-

a) Montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros:

	2023	2024	Total
Expectativa de realização anual dos tributos diferidos	992	2.459	3.451

Reconciliação da taxa efetiva

Em 31 de dezembro de 2022, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

	2022	2021 (não auditado)
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	(6.673)	89
Alíquota nominal - %	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	2.269	(30)
Perda hedge	1.013	-
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	3.282	(30)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	-	(30)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	3.282	-
Total	3.282	(30)
Alíquota efetiva	49,18%	33,71%

7. Imobilizado

Prática contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis a aquisição ou construção do ativo qualificável.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes serão capitalizados futuramente após o início das operações comerciais da Companhia, na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes serão registrados no resultado.

Composição dos saldos

	2022	
	Imobilizado em Curso	Total
Custo		
Saldo em 31/12/2020	-	-
Imobilizado em andamento	185.349	185.349
Provisões aquisições de imobilizado	2.656	2.656
Adiantamento a fornecedor de imobilizado	89.463	89.463
Saldo em 31/12/2021	277.468	277.468
Imobilizado em andamento	308.886	308.886
Provisões aquisições de imobilizado	3.509	3.509
Adiantamento a fornecedor de imobilizado	(67.594)	(67.594)
Rendimento de aplicações financeiras	(14.421)	(14.421)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	6.200	6.200
Crédito de Pis e Cofins	287	287
Saldo em 31/12/2022	514.335	514.335
Valor Contábil		
Saldo em 31/12/2021 (não auditado)	277.468	277.468
Saldo em 31/12/2022	514.335	514.335

Avaliação de *impairment*

Segundo o pronunciamento técnico CPC 01 (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar a cada período de divulgação, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo imobilizado.

Se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso.

A Companhia avaliou que não foi necessário a realização do teste de recuperabilidade pois não foram identificados indicativos de perda conforme o pronunciamento contábil.

8. Fornecedores

Prática contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

	2022	2021 (não auditado)
Fornecedores	27.840	80.755
	27.840	80.755
Circulante	27.720	80.755
Não circulante	120	-

9. Fornecedores de projetos em construção

Prática contábil

A Companhia renegociou com alguns fornecedores relacionados aos projetos em construção a extensão do prazo de pagamento e permite que esses fornecedores realizem a cessão desses recebíveis. Esses passivos são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O Ajuste a Valor Presente (AVP) de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. Adicionalmente, a Companhia avalia se essas operações de extensão de prazo de pagamento modificam substancialmente o passivo original com base em aspectos qualitativos e quantitativos. Se o passivo original foi substancialmente modificado, a Companhia desreconhece o passivo original e reconhece um novo passivo, registrando o eventual ganho/perda no resultado ou no imobilizado. Se o passivo original não foi substancialmente modificado, a Companhia mantém o passivo original reconhecido.

	2022	2021 (não auditado)
Fornecedores de projetos em construção	42.101	-
Juros a incorrer fornecedores - AVP	(3.253)	-
	38.848	-

A alteração do prazo de vencimento de 30 para 335 dias e alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 3,90% ao ano. Os termos renegociados com os fornecedores tinham por objetivo possibilitar o avanço das obras e, conseqüentemente, o cumprimento das obrigações da Companhia junto ao órgão regulador para entrega de energia, não tendo sido substancialmente diferentes do contrato original. Os juros incorridos no exercício de 2022 foi no montante de R\$1.767, sendo reconhecidos como custo de construção do ativo imobilizado.

Operações de desconto de títulos

Com o intuito de fortalecer as relações comerciais junto a alguns fornecedores, a Companhia concedeu autorização a estes para realizar a cessão de crédito junto a instituições financeiras. A Companhia, por sua vez, realizará o pagamento direto ao detentor dos títulos, na data de vencimento e nos montantes previamente acordados com seus fornecedores originais, não havendo postergação de prazo por parte da Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, bem como ausência de garantias ou cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. Vale ressaltar que a Companhia não possui influência sobre as negociações entre fornecedores e instituições financeiras.

A cessão dos títulos não altera substancialmente as principais características das condições comerciais previamente estabelecidas com os fornecedores.

10. Empréstimos e financiamentos

Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxa efetiva	Venc.	2022				2021 (não auditado)				
					Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	
Empréstimos e Financiamentos													
74_DIV_BNB_2022_05_18_FT	R\$	IPCA + 2,0431%		15/07/2045	-	200.000	6.200	206.200	-	-	-	-	-
Depósitos Vinculados					-	200.000	6.200	206.200	-	-	-	-	-
					-	(5.200)	-	(5.200)	-	-	-	-	-
Saldo Líquido de empréstimos e financiamentos					-	194.800	6.200	201.000	-	-	-	-	-
Circulante					-	10.658	6.200	16.858	-	-	-	-	-
Não circulante					-	184.142	-	184.142	-	-	-	-	-

As dívidas foram contratadas através da linha de crédito FNE verde-infraestrutura do do Banco do Nordeste. São indexadas ao IPCA, com taxa de juros que varia entre 2,40% a 4,11% ao ano. O repagamento é feito em desembolsos mensais compreendidos entre fevereiro de 2023 a julho de 2045.

Abaixo é demonstrado a movimentação dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante):

Saldo em 31/12/2021 (não auditado)	-
Novas captações	200.000
Juros incorridos	6.505
Atualização monetária contratual	(305)
Depósitos vinculados	(5.200)
Saldo em 31/12/2022	201.000

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos dos empréstimos e financiamentos da Companhia são diretamente atribuíveis à construção do ativo qualificável (Azulão-Jaguatirca) e, portanto, registrados como parte do custo do ativo imobilizado. O pagamento desses juros é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportadas periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido:

Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;

- (i) Direito dos credores de executar inspeções e visitas das instalações;
- (ii) Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- (iii) Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- (iv) Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- (v) Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- (vi) Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- (vii) Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas nas subsidiárias.

Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusula com *covenants* financeiros (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida "ICSD" mínimo de 1,3), apurados em balanço anual auditado a partir do terceiro ano da operação.

11. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Prática contábil

Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se tornar parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

- (i) **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- (ii) **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- (iii) **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- (i) **Nível I:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- (ii) **Nível II:** são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (iii) **Nível III:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A descrição dos saldos contábeis dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

	2022			2021				
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
	(não auditado)							
Ativos Financeiros								
Caixa e equivalente de caixa	74.773	-	-	74.773	9.755	-	-	9.755
Títulos e valores mobiliários	-	-	105.322	105.322	-	-	-	-
Operações comerciais com partes relacionadas	4.746	-	-	4.746	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	2.907	-	2.907
	79.519	-	105.322	184.841	9.755	2.907	-	12.662
Passivos Financeiros								
Fornecedores	27.840	-	-	27.840	80.755	-	-	80.755
Fornecedores de projetos em construção	38.848	-	-	38.848	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	201.000	-	-	201.000	-	-	-	-
Operações comerciais com partes relacionadas	14.260	-	-	14.260	3.746	-	-	3.746
	281.948	-	-	281.948	84.501	-	-	84.501

Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	2022				2021 (não auditado)			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	105.322	-	105.322	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	2.907	-	2.907
	-	105.322	-	105.322	-	2.907	-	2.907

11.1 Risco cambial

A Companhia não possui contratos de câmbio relevantes, não tendo exposição cambial.

11.2 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	2022	2021 (não auditado)
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	74.773	9.755
Títulos e valores mobiliários	105.322	-
Contas a receber de clientes	4.746	-
Instrumento financeiro derivativos	-	2.907
	184.841	12.662

11.3 Risco de taxa de juros relacionado ao juros flutuantes

A Companhia tem passivos indexados ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo indexador econômico TJLP (taxa de juros de longo prazo).

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de TJLP, CDI, IPCA e Libor fossem deslocadas em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

(a) Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes

	Cenário Provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de Cash Flow:			
Passivo indexado ao IPCA	12.264	14.195	16.032
Despesa Financeira Esperada	12.264	14.195	16.032
Aumento da despesa financeira	-	1.931	3.768

11.4 Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

						2022
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	22.129	1.941	3.770	-	-	27.840
Fornecedores de projetos em construção		38.848	-	-	-	38.848
Operações comerciais com partes relacionadas	-	-	-	-	14.260	14.260
Empréstimos e financiamentos	19.924	13.250	23.765	62.054	562.298	681.291
	42.053	54.039	27.535	62.054	576.558	762.239

11.5 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

12. Partes relacionadas

Empresas ligadas

Os saldos relativos as operações com partes relacionadas estão representadas da seguinte forma:

	Ativo		Passivo	
	2022	2021	2022	2021
Operações comerciais		(não auditado)		(não auditado)
SPE Futura 6 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.	2.094	-	13.638	-
Focus Futura Holding Participações S.A.	2.652	-	619	-
Focus Futura Geração 1 S.A.	-	-	3	-
Outras	-	-	-	3.746
	4.746	-	14.260	3.746
	4.746	-	14.260	3.746

Remuneração dos membros da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Durante os exercícios de 2022 e 2021 a administração da Companhia foi realizada diretamente pela Diretoria da Eneva S.A. Assim sendo, não foram incorridos gastos com remuneração desses administradores pela Companhia.

13. Patrimônio Líquido

Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O capital social de SPE Futuro 3 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A., em 31 de dezembro de 2022 e 2021, corresponde a R\$ 429.818 e a R\$ 88.472, respectivamente.

Abaixo o quadro societário da Companhia:

	2022		2021 (não auditado)	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Focus Futura Holding Participações S.A.	429.818	100,00%	88.463	99,99%
Focus Geração Holding Participações S.A.	-	-	9	00,01%
Total	429.818	100,00%	88,472	100,00%

Em 2 de maio de 2022, foi aprovada o aumento de capital no valor de R\$ 341.335, sendo 109.606 decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital, detidos pela acionista Focus Futura Holding Participações S.A. de forma irrevogável e irreatável e o restante em caixa.

14. Custo e Despesas por natureza

A composição das receitas e despesas operacionais da Companhia é demonstrada como segue:

	2022	2021
		(não auditado)
Despesas administrativas e gerais		
Custos regulatórios (a)	(6.450)	-
Serviços de terceiros	(260)	-
Despesas com aluguéis	(2)	(73)
Seguros operacionais e administrativos	(353)	-
Impostos e contribuições	(1)	-
Outras	(167)	(7)
	(7.233)	(80)
Outras receitas e despesas		
Outras receitas (despesas)	75	-
	75	-
	(7.158)	(80)

- (a) Deve-se as Tarifas de Uso de Sistema de Transmissão (TUST) e do Sistema de Distribuição (TUSD), essas tarifas são pagas pelos usuários da rede básica de energia elétrica pela disponibilização da rede. Essas tarifas são devidas a partir do momento em que estão disponíveis, mesmo que o usuário não as utilize.

15. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	2022	2021
		(não auditado)
Despesas financeiras		
Multa e juros pagos ou incorridos	(1)	(5)
IOF	(426)	-
Variação cambial e monetária	(3)	-
Outros	(169)	(22)
	(599)	(27)
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	1.083	196
	1.083	196
Resultado Financeiro	484	169

* * * * *

Diretoria

Lino Lopes Caçado
Diretor Presidente

Marcelo Habibe
Diretor

Controller

Ana Paula Alves do Nascimento
CRC-RJ 086983/O-0

Contador

Bruno Campelo de Azevedo
CRC-RJ 106648/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
SPE Futura 3 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Futura 3 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Futura 3 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Hugo Hermes Blezer
Contador CRC RJ-109093/O-5